



MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

Estado do Paraná

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 06/2025

Institui o Sistema de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF, no âmbito da Administração Pública Municipal, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Nova Fátima, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais normas de direito administrativo aplicáveis,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 4.320/1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados e dos Municípios;

CONSIDERANDO o previsto na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que impõe a necessidade de padronização e controle na execução orçamentária e financeira da despesa pública;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), que reforça os princípios da transparência, governança e rastreabilidade dos atos administrativos;

CONSIDERANDO a necessidade de o Município dispor de um Sistema de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF institucionalizado, que assegure a padronização de procedimentos, a confiabilidade das informações, o controle de acesso e a integridade dos dados, promovendo maior eficiência e segurança na gestão pública;

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DO OBJETO

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, o Sistema de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF, destinado a integrar, registrar, controlar e consolidar as informações referentes à programação, execução e acompanhamento das receitas e despesas públicas municipais.

CAPÍTULO II

DA FINALIDADE

Art. 2º O Sistema de Execução Orçamentária e Financeira tem por finalidade assegurar:

- I - A observância das normas orçamentárias, financeiras e contábeis estabelecidas pela legislação vigente;
- II - O controle da execução da despesa pública em todas as suas fases (empenho, liquidação e pagamento);
- III - O registro fidedigno das receitas orçamentárias e extraorçamentárias;
- IV - A rastreabilidade e auditabilidade dos atos e lançamentos contábeis e financeiros;
- V - A transparência na utilização dos recursos públicos e a integridade dos dados processados.

CAPÍTULO III

DA ABRANGÊNCIA

Art. 3º O SEOF abrangerá todos os órgãos da administração direta e entidades da administração indireta, que



MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

Estado do Paraná

deverão registrar no sistema todas as operações orçamentárias e financeiras sob sua responsabilidade. Parágrafo único. É vedada a manutenção de controles paralelos que não estejam integrados ao sistema oficial, salvo autorizações expressas da Secretaria Municipal de Fazenda ou equivalente.

CAPÍTULO IV

DA COMPETÊNCIA

Art. 4º Compete à Secretaria Municipal de Fazenda (ou Finanças):

- I – administrar, supervisionar e manter o funcionamento do SEOF;
- II – definir parâmetros, perfis de acesso e procedimentos operacionais do sistema;
- III – promover capacitação contínua dos usuários;
- IV – garantir a segurança, a integridade e a disponibilidade dos dados registrados;
- V – manter rotinas de auditoria, backup e controle de alterações, observando as boas práticas de governança de tecnologia da informação.

CAPÍTULO V

DO CONTROLE DE ACESSO

Art. 5º O controle de acesso ao SEOF será realizado mediante identificação pessoal e senha individual, sendo vedado o compartilhamento de credenciais entre usuários.

§ 1º Cada usuário responderá pelos atos praticados sob seu login, devendo atuar de acordo com os princípios da legalidade, eficiência e responsabilidade administrativa.

§ 2º Os administradores do sistema deverão manter registro permanente de logs de acesso, alterações e inclusões de dados, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO VI

DA INTEGRIDADE E SEGURANÇA

Art. 6º Fica assegurada a integridade e segurança das informações armazenadas no SEOF, devendo o sistema contemplar, no mínimo:

- I – mecanismos de autenticação de usuários e criptografia de senhas;
- II – controle de versionamento e rastreabilidade de alterações;
- III – rotinas automáticas de backup e restauração;
- IV – segregação de funções e restrição de acesso por perfil;
- V – plano de contingência para falhas técnicas, desastres ou incidentes de segurança.

CAPÍTULO VII

DOS RELATÓRIOS

Art. 7º Os relatórios gerados pelo SEOF constituem documentos oficiais da execução orçamentária e financeira do Município, devendo ser utilizados para fins de:

- I – prestação de contas anual e bimestral;
- II – elaboração dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal;
- III – subsídio à contabilidade pública e às informações encaminhadas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR);
- IV – acompanhamento de metas fiscais, orçamentárias e de execução contratual.



MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA

Estado do Paraná

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º Os casos omissos e as dúvidas de interpretação serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Fazenda, podendo ser complementados por manuais, instruções ou comunicados internos específicos.

Art. 10. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Fátima, 13 de Novembro de 2025.

Renata Montenegro Balan Xavier
Prefeita Municipal